

**A ELEVADA PRECARIEDADE DO TRABALHO EM PORTUGAL É UMA DAS CAUSAS DA BAIXA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PORTUGUESA****RESUMO DESTE ESTUDO**

Um dos argumentos mais utilizados pelas entidades patronais e pelos defensores do pensamento económico neo-liberal é que a baixa competitividade da Economia Portuguesa tem como uma das causas mais importantes a rigidez das leis do trabalho em Portugal, ou, por outras palavras, a insuficiente precariedade das relações de trabalho no nosso País. Essa afirmação não tem qualquer consistência técnica como os dados divulgados pelo INE e Eurostat provam.

Em Portugal a precariedade tem aumentado de uma forma continua sendo muito superior à média comunitária. No 1º Trimestre de 2001, 35 em cada 100 activos ou tinham um emprego precário ou estavam no desemprego, enquanto no 1º Trimestre de 2005 esse número já tinha aumentado para 37 em cada 100. Entre o 1º Trimestre de 2001 e o 1º Trimestre de 2005, a população activa portuguesa cresceu 6,6%, enquanto o número de precários e desempregados aumentou no País 12,2%, ou seja, 85% mais.

Em Portugal a precariedade é muito superior à média comunitária. Se nos dados sobre precariedade e desemprego considerarmos apenas o desemprego oficial, para tornarmos os dados de Portugal comparáveis com os publicados pelo Eurostat, conclui-se que, em 2004, na União Europeia 29 activos em cada 100 tinham uma relação de trabalho precária ou estavam no desemprego, enquanto no nosso País, no mesmo ano, eram 34 em cada 100 que se encontravam na mesma situação. Portanto a precariedade em Portugal é muito superior à média comunitária. Fica assim claro que afirmar, como fazem o patronato e os defensores do neo-liberalismo, que a baixa competitividade da Economia Portuguesa é consequência da rigidez das leis laborais, ou seja, da reduzida precariedade não tem qualquer consistência técnica.

Dados sobre o peso dos contratos a prazo em Portugal e na União Europeia confirmam também a conclusão anterior. Em 2004, na UE25, em média 14 em cada 100 assalariados com 15 e mais anos tinham um contrato a prazo, enquanto em Portugal, no mesmo ano, esse número era de 20 em cada 100 assalariados; portanto, o valor português era superior à média comunitária em 44,5%.

A elevada precariedade que se verifica em Portugal contribui também para a baixa taxa de formação e o baixo nível de escolaridade que se verifica em Portugal, o que explica a baixa produtividade e competitividade da maioria das empresas portuguesas.

Em 2004, a participação dos activos com idade compreendida entre os 25 e 64 anos em acções de formação e educação em Portugal (4,8%) correspondia a menos de metade da média comunitária (9,9%). Em relação à população com pelo menos o nível de qualificação 3 e 4 a situação era a seguinte: (1) População com idade entre os 25 e 64 anos: Portugal: 25,3% ; UE25: 68% , ou seja, a média comunitária era cerca de 2,7 vezes superior à taxa portuguesa; (2) População com idade entre os 20 e 24 anos: Portugal : 49%; UE25: 76,7%, portanto, a taxa comunitária era superior à portuguesa em 56,5%. Em 2004, em Portugal a taxa de "Abandono prematuro da escola por jovens com a idade entre os 18 e 24 anos" (39,4%) era 2,5 superior à taxa média da União Europeia (15,7%).

Em resumo, a elevada precariedade que se verifica em Portugal está inevitavelmente associada a baixas taxas de participação dos activos em acções de educação e formação, a baixos níveis de qualificação tanto de adultos como de jovens, e a taxas elevadas de abandono prematuro da escola pelos jovens. Tudo isto tem consequências graves e dramáticas quer para os trabalhadores, que assim continuam sujeitos a condições degradantes e desmotivadoras de trabalho e de remuneração , quer para as empresas cuja esmagadora maioria está a perder a batalha da produtividade e da competitividade.

Um dos argumentos mais utilizados em Portugal pelo patronato e pelos defensores do pensamento económico neo-liberal é que a baixa competitividade da Economia Portuguesa se deve à rigidez das leis laborais ou, por outras palavras, à reduzida precariedade que impede as empresas de se adaptarem às flutuações do mercado.

Os dados publicados pelo INE e pelo Eurostat desmentem tal argumento mostrando que Portugal, apesar de ser o país da UE15 com mais baixa competitividade, é aquele que apresenta maior precariedade. Começemos por analisar a precariedade no nosso País.

**A PRECARIIDADE TEM AUMENTADO DE UMA FORMA CONTINUA EM PORTUGAL  
ATINGINDO JÁ MAIS DE 36% DA POPULAÇÃO ACTIVA**

O quadro seguinte, construído com dados das Estatísticas do Emprego publicadas pelo INE, mostra um aumento contínuo da precariedade em Portugal.

**QUADRO I – EVOLUÇÃO E DIMENSÃO DA PRECARIIDADE E DESEMPREGO EM PORTUGAL**

DESIGNAÇÃO	2ºT- 2001	2Tº- 2004	4Tº- 2004	1ºT- 2005	2ºT 2005	Aumento % 2T01- 2T05
	MIL					
<b>POPULAÇÃO ACTIVA</b>	<b>5.187,4</b>	<b>5.471,6</b>	<b>5.523,6</b>	<b>5.507,0</b>	<b>5.531,3</b>	<b>6,6%</b>
<b>PRECÁRIOS E DESEMPREGADOS</b>						
Contratados a prazo	547,3	569,4	566,9	564,7	581,9	<b>6,3%</b>
Trabalhadores por conta própria isolados	952,7	899,9	899,1	901,9	910,4	<b>-4,4%</b>
Desemprego Oficial	203,6	347,3	389,7	412,6	399,6	<b>96,3%</b>
<b>Não incluídos no Desemprego Oficial</b>						
Inactivos disponíveis	69,9	81,9	72,4	74,9	75,9	<b>8,6%</b>
Subemprego visível	37,0	63,9	63,2	61,4	64,4	<b>74,1%</b>
<b>TOTAL PRECÁRIOS E DESEMPREGADOS</b>	<b>1.810,5</b>	<b>1.962,4</b>	<b>1.991,3</b>	<b>2.015,5</b>	<b>2.032,2</b>	<b>12,2%</b>
<b>% dos PRECÁRIOS E DESEMPREGADOS NA POPULAÇÃO ACTIVA</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>36,1%</b>	<b>36,6%</b>	<b>36,7%</b>	

FONTE: Estatísticas do Emprego - INE

No 2º Trimestre de 2001, cerca de 35 activos em cada 100 ou tinham um emprego precário ou estavam no desemprego. No 2º Trimestre de 2005 esse número já se aproximava de 37 em cada 100.

A evolução anterior é confirmada por outro dado também importante. Entre o 2º Trimestre de 2001 e o 2º Trimestre de 2005, a população activa aumentou 6,6% em Portugal, enquanto o número de precários e desempregados cresceu 12,2%; portanto, o crescimento da precariedade e do desemprego em Portugal, no período considerado, é cerca de 85% superior ao aumento da população activa.

Afirmar, como fazem o patronato e os defensores do pensamento económico neo-liberal, que a rigidez das leis do trabalho é a causa do atraso do País não tem qualquer fundamento real. Portugal está cada vez mais mergulhado na estagnação económica apesar da precariedade das relações do trabalho ter aumentado de uma forma contínua, incluindo com o governo PS de Sócrates, como revelam os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. Pode-se mesmo dizer que se verifica uma correlação positiva entre precariedade e estagnação económica.

**PORTUGAL É O PAÍS DA UNIÃO EUROPEIA ONDE O NÍVEL DE PRECARIIDADE É DOS MAIS ELEVADOS**

Dados divulgados pelo Eurostat em 2005 revelam que Portugal é um dos países da União Europeia com um nível de precariedade mais elevado, apesar da sua Economia ser uma das menos competitivas. O quadro seguinte, construído com dados publicados pelo serviço de estatística da União Europeia e pelo INE confirmam isso.

**QUADRO II – A DIMENSÃO DA PRECARIIDADE E DO DESEMPREGO OFICIAL EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA EM 2004**

DESIGNAÇÃO	UNIÃO EUROPEIA		PORTUGAL
	População Milhões	% da População Activa	% da População Activa
<b>POPULAÇÃO ACTIVA</b>	213,9	100,0%	
<b>ACTIVOS PRECÁRIOS E DESEMPREGO</b>			
Contratados a prazo	16,6	7,8%	<b>10,5%</b>
Independentes	25,3	11,8%	<b>16,5%</b>
Desemprego oficial	19,4	9,1%	<b>7,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>61,3</b>	<b>28,7%</b>	<b>34,2%</b>

FONTE: Populacion e Conditios sociales - 9/2005 - Eurostat e Estatiscas Emprego-INE

No quadro anterior os dados relativos ao desemprego apenas dizem respeito ao “desemprego oficial”, não incluindo nem os “Inactivos Disponíveis” nem o “Subemprego Visível” que, por serem desempregados efectivos, incluímos nos dados do quadro I, por essa razão a percentagem de precariedade apurada para Portugal constante do quadro I - 36,6% em 2004 – é superior à do quadro II (34,2% em 2004 para Portugal). No entanto, fez-se isso para que os dados de Portugal fossem comparáveis com os publicados pelo Eurostat. Mesmo assim o nível de precariedade em Portugal continua a ser muito superior à média comunitária com mostram os dados do quadro II.

Efectivamente, em 2004, na União Europeia cerca de 29 activos em cada 100 tinham um emprego precário ou estavam desempregados, enquanto em Portugal, no mesmo ano, o número era de 34 em cada 100, ou seja, em 2004 o nível de precariedade no nosso País era superior em 21,4% ao nível médio de toda a União Europeia, portanto incluindo os 25 países.

Afirmar, como fazem o patronato e os defensores do neo-liberalismo, que a baixa competitividade da Economia Portuguesa se deve à rigidez das leis laborais, ou seja, ao baixo nível de precariedade que se verifica nas relações de trabalho em Portugal não tem qualquer consistência técnica, como os dados dos dois serviços oficiais de estatística provam. Isso é também confirmado pelos dados do Eurostat constantes do quadro III.

**QUADRO III – % DE CONTRATOS A PRAZO NA UNIÃO EUROPEIA E EM PORTUGAL EM 2004**

PAÍS	PERCENTAGEM DE ASSALARIADOS COM 15 OU MAIS ANOS COM CONTRATO A PRAZO		
	TOTAL	Homens	Mulheres
UE25	13,7%	13,2%	14,4%
UE15	13,6%	12,9%	14,4%
PORTUGAL	19,8%	18,7%	21,1%
Portugal superior à UE25	44,5%	41,7%	46,5%

**FONTE:** Populacion e Conditios sociales - 9/2005 - Eurostat

Em 2004, na União Europeia constituída pelos 25 países (UE25), em média 14 em cada 100 assalariados com 15 ou mais anos tinham um contrato a prazo, enquanto em Portugal, no mesmo ano, esse número já rondava os 20 em cada 100 assalariados; portanto, era superior à média comunitária em 44,5%. O peso dos contratos a prazo em relação às mulheres era ainda mais elevado, sendo a percentagem verificada no nosso País superior à média comunitária em 46,5% como provam também os dados do quadro.

Afirmar que a causa da baixa competitividade da Economia Portuguesa está na reduzida flexibilidade das leis laborais portuguesas é uma grande mentira como provam os dados divulgados pelo Eurostat, o serviço oficial de estatística da União Europeia.

#### **ELEVADA PRECARIEDADE EM PORTUGAL CONTRIBUI PARA A REDUZIDA TAXA DE ACTIVOS EM FORMAÇÃO O QUE AGRAVA A FALTA DE COMPETITIVIDADE**

Em 2004, de acordo com o Eurostat, Portugal apresentava a mais baixa taxa de participação em acções de educação e formação de activos com idade compreendida entre os 25 e 64 anos, assim como o mais elevado abandono escolar de jovens com idade entre os 18 e 24 anos, e o mais baixo nível de qualificação de activos quer com idade entre os 25 e 64 anos quer com idade entre os 20-24 anos.

**QUADRO IV- Formação, Educação e Qualificação em Portugal e na União Europeia- 2004**

(%)	Participation à l'éducation et à la formation (25-64 ans)			Population ayant au moins le niveau CITE 3-4 (25-64 ans)			Personnes quittant prématurément l'école (18-24 ans)			Population ayant au moins le niveau CITE 3-4 (20-24 ans)		
	Total	Hommes	Femmes	Total	Hommes	Femmes	Total	Hommes	Femmes	Total	Hommes	Femmes
	UE-25	9,9	9,0	10,7	68,0	70,0	65,9	15,7	18,1	13,3	76,7	73,8
UE-15	10,6	9,8	11,4	65,0	67,1	62,9	17,8	20,4	15,3	73,8	70,7	77,0
Zone euro	7,8	7,6	7,9	63,2	64,9	61,6	18,4	21,4	15,4	73,0	69,3	76,7
PT	4,8	4,4	5,1	25,3	23,5	27,0	39,4	47,9	30,6	49,0	39,4	58,8

**Statistiques en bref** — Population et conditions sociales — 9/2005 —

Em 2004, a participação dos activos com idade compreendida entre os 25 e 64 anos em acções de formação e educação em Portugal (4,8%) correspondia a menos de metade da média comunitária (9.9%).

No mesmo ano, a população com pelo menos o nível de qualificação 3 e 4 era a seguinte: (1) População com idade entre os 25 e 64 anos: Portugal: 25,3% ; UE25: 68% , ou seja, cerca de 2,7 vezes superior à taxa portuguesa; (2) População com idade entre os 20 e 24 anos: Portugal : 49%; UE25: 76,7%, portanto, a taxa comunitária era superior à portuguesa em 56,5%.

Finalmente, Portugal continuava a ter em 2004 a taxa de “Abandono prematuro da escola por jovens com a idade entre os 18 e 24 anos” mais elevada da União Europeia. Como mostram os dados do Eurostat constantes do quadro anterior essa taxa atingia em Portugal 39,4%, enquanto a média em toda a União Europeia era, na mesma altura, apenas de 15,7%, ou seja, 2,5 vezes menos, sendo no nosso País a dos Homens (47,9%) muito superior à das Mulheres (30,6%).

Resumindo, elevada precariedade e desemprego estão associados a baixas taxas de participação dos adultos quer na formação quer na educação. Elevada precariedade está também associada a baixos níveis de qualificação assim como a elevadas taxas de abandono prematuro da escola pelos jovens. Esta associação resulta do facto que elevada precariedade determina inevitavelmente desmotivação quer nos trabalhadores que duvidam que investindo na sua educação e formação consigam alterar a relação de trabalho que têm, quer por parte das empresas que não se sentem estimuladas em investir na formação dos seus trabalhadores já que a organização da produção assenta na exploração de trabalho precário e mal pago. Em Portugal, apesar de existir uma lei que obriga as empresas a darem 20 horas de formação certificada aos seus trabalhadores (a partir de 2006 passará a ser 35 horas), cerca de 73% das empresas não realizam formação de acordo com um inquérito feito por um instituto do Ministério do Trabalho (IQF), e apesar de confessarem que violam a lei nada lhes acontece.

É um círculo vicioso de atraso em que se encontra mergulhado a Economia Portuguesa, que explica também a estagnação económica em que se encontra o País, mas que o actual governo recusa admitir e resolver.

Tudo isto tem consequências graves e dramáticas quer para os trabalhadores, que assim continuam sujeitos a condições degradantes e desmotivadoras de trabalho e de remuneração , quer para as empresas portuguesas cuja esmagadora maioria está a perder a batalha da produtividade e da competitividade.

**Eugénio Rosa**

**Economista**

[edr@mail.telepqac.pt](mailto:edr@mail.telepqac.pt) , Tel. 917576313

18.9.2005